

NOTAS PARA DISCUSSÃO SOBRE CONSERVADORISMO E DESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS LULA (2003-2011)

Luís Gabriel Menten Mendoza¹
Angelita Matos Souza²

Resumo: Neste trabalho discorremos sobre os governos Lula (2003-2011), em primeiro lugar no seu significado político, a considerar sua guinada conservadora a partir da leitura de Singer (2012), Nobre (2010, 2011), Sader (2013) e Belluzzo (2013). Na segunda seção abordamos o desenvolvimentismo e a compreensão dos governos Lula por autores como Bastos (2012a), Belluzzo (2013), Alves (2014) e Boito Jr. (2012). Por fim, correlacionamos as discussões anteriores apontando argumentos e dados da produção industrial, indicando limites do desenvolvimentismo na era Lula e sua dependência de capital externo.

Palavras-chave: Conservadorismo; Desenvolvimentismo; Governos Lula.

NOTES FOR DISCUSSION ABOUT CONSERVATISM AND DEVELOPMENTALISM IN LULA'S GOVERNMENT (2003-2011)

Abstract: This paper discuss Lula's government (2003-2011). First in its political significance, considering his conservative shift from the reading of Singer (2012), Nobre (2010, 2011), Sader (2013) and Belluzzo (2013). In the second section we discuss developmentalism and the understanding of Lula's government by authors such as Bastos (2012^a), Belluzzo (2013), Alves (2014) and Boito Jr. (2012). Finally we correlate previous discussions pointing arguments and industrial production data, indicating the limits of developmentalism in the age Lula and its dependence on foreign capital.

Keywords: Conservatism; Developmentalism; Lula's Government.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. gabriel.mmendoza@gmail.com

² Docente do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento – IGCE/UNESP – Rio Claro. angelita@rc.unesp.br
Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

LULA PRESIDENTE: GUINADA CONSERVADORA

Eu não tenho raiva deles [da oposição] e não guardo mágoas. O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. (...) As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam (SILVA, 2013, p.17).

Trazemos aqui algumas das polêmicas acadêmicas envolvendo a análise dos governos Lula, apresentando uma tentativa de interpretação acerca desses governos, e enfim sobre a política nacional. Trata-se de uma busca cotidiana de se munir de argumentos para discutir a trajetória brasileira e responder os constantes “o que” e “como” fazer. Apresentamos para isso um esforço em fazer a análise da Era Lula por autores que têm notório respeito acadêmico. Sem nos alongar apresentaremos conceitos e discussões acadêmicas que parecem valiosos instrumentos na construção de uma interpretação *científica* e militante da Era Lula.

Lula foi eleito em 2002 depois de disputar quatro eleições presidenciais. Nas três eleições anteriores acumulara 30% dos votos e com importantes mobilizações entre o eleitorado, sobretudo os operários do grande ABC, região tida como o “cinturão vermelho”. Entre a primeira disputa presidencial de Lula (1989) e a vitória em 2002 há mudança de postura do Partido dos Trabalhadores (PT), do arco de alianças, do programa político e da própria imagem que Lula faz passar ao eleitorado e ao mercado.

Para André Singer (2012) seria possível entender a trajetória do PT em analogia com o PSD (Partido Social Democrata da Alemanha), em que “duas almas” conflitantes convivem no interior do partido, aquela da fundação dos partidos, com profunda ligação com a classe trabalhadora organizada, de esquerda, socialista, e outra da ruptura com o programa original (SINGER, 2012, p. 69). No caso do PT, a primeira alma diz respeito à da sua fundação, no Colégio Sion em São Paulo, em 1980, fruto das lutas pelo fim da ditadura e das greves operárias do ABC a partir de 1978. Cabe ressaltar que o próprio partido foi criado por decisão do Congresso dos Metalúrgicos em 1979 (SINGER, 2012, p. 71), com a unificação de diversos grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade durante a ditadura, a fundação do PT correspondia a de um partido de massas e que se intitulava “sem patrões” e queria construir uma sociedade “sem explorados e exploradores”:

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, p. 03).

Entre os feitos que dão marca à radicalidade petista está a recusa ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves (1985), a decisão de não votar a favor da Constituição de 1988 – reconhecendo que o que ocorria não era uma verdadeira Assembleia Constituinte em defesa de um projeto social mais avançado – e a recusa do apoio do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no segundo turno das eleições de 1989 (SINGER, 2012, p. 74).

Já a “segunda alma” do PT é para Singer (2012, p. 77) simbolizada na “Carta ao Povo Brasileiro” (ou Carta aos Brasileiros) de 2002. Quando Lula, ao ser

candidato, com chances de vitória, dá o recado aos trabalhadores e ao mercado de que é confiável para esses últimos. Compromete-se com a responsabilidade fiscal, com o superávit, com o pagamento da dívida, toma para si a “conquista” da estabilidade financeira do período de FHC (SINGER, 2012, p. 78), enfim, em boa medida tornará águas passadas a postura crítica com relação à política econômica neoliberal.

O próprio Lula, em entrevista dada a Emir Sader por ocasião dos 10 anos de governos petistas, reconhece que era contra a Carta aos Brasileiros, pois dizia coisas que ele não queria que fossem ditas, mas reconhece que foi “necessário”, “extremamente importante”, e um marco tendo em vista a necessidade de “construir alianças” (SILVA, 2013, p. 18).

Mas recuando no tempo é possível verificar a mudança de orientação do PT desde a década de 1990, quando passa a defender reformas graduais, se coloca como um partido de “toda a sociedade” e lima a presença de correntes à esquerda como a Convergência Socialista, que daria origem ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) em 1994, proibindo a expressão independente das correntes mais à esquerda e também a ligação internacional delas. Segundo Marcos Nobre (2010) essa estratégia foi colocada em prática por José Dirceu com objetivo claro de pôr para fora os militantes que seriam obstáculos à política posterior de alianças.

Incontestável, no entanto, é que a marca da política de alianças que o PT e Lula decidem aplicar dá-se em 2002, adotando como vice o então senador José de Alencar (1931-2011), industrial do ramo têxtil, até então abrigado no PMDB, que, em função das negociações com o PT, muda de legenda para o PL (Partido Liberal) - ligado aos evangélicos. Lula conta que a decisão de o convidar para a vice-presidência ocorreu por ocasião da festa de 50 anos de industrial de José de Alencar, cujo discurso levou Lula – então já em busca de um vice que o cacifasse para presidência – a afirmar a José Dirceu que havia encontrado o seu vice (SILVA, 2013, p. 18)³.

Mas mesmo com o avalista José de Alencar como vice, com a “Carta ao Povo Brasileiro” e com o resultado econômico desastroso provocado pela crise mundial no último mandato de FHC – em 2001 o país enfrenta um apagão e em 2002 com o câmbio flutuante o real chegou à R\$ 4,00 -, a eleição de Lula não foi fácil. Segundo o economista Luiz Gonzaga Belluzzo o clima era de “terror especulativo”, eram projetados “cenários apavorantes para os quatro anos de governo Lula”. No período o índice que mede o risco de investimento no Brasil marcava 2.400 pontos base, acima dos outros emergentes (BELLUZZO, 2013, p. 104).

Lula mantinha os 30% do eleitorado, índice comum ao PT, o que lhe dava credenciais para o segundo turno, mas não garantia sua vitória. O desfecho da crise das candidaturas de Roseana Sarney e de Ciro Gomes, em que esse último sofreu impacto da campanha contrária promovida por Serra – que estava ameaçado de ficar fora do segundo turno – garantiram a Lula a parcela maior desses votos, saltando vinte pontos e triunfando (SADER, 2013, p.138).

Para chegar à vitória eleitoral, não bastassem a Carta e o vice industrial, foi realizada uma verdadeira operação de *marketing* orquestrada por Duda Mendonça, cujos bastidores da construção da personagem “Lulinha paz e amor” podem ser

³ Singer (2012, p.79), por seu turno, considera que José de Alencar, como industrial progressista, com posturas críticas, e por vezes à esquerda do que chama de “espírito do Anhembi”, sobretudo com relação aos juros. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

conferidos no documentário *Entreatos* (SALLES, 2004), que retrata a rotina da disputa eleitoral da chapa lulista. Ficando claros os novos compromissos assumidos, como ressalta Sader (2013, p. 139):

(...) incorporando a estabilidade monetária- um tema de consenso nacional naquele momento, a proteção contra a inflação - e o respeito aos compromissos com o capital financeiro, o que implicava na não renegociação da dívida externa e a não taxação do capital financeiro. (SADER, 2013, p. 139).

Belluzzo (2013, p.107-108) também anota as esquivas de Lula ao rótulo de “esquerdista radical”, a busca do “apoio pluriclassista com hegemonia das forças progressistas” e agrega ainda à sua imagem a do líder sindical popular e “negociador, sempre disposto ao compromisso e à mediação” (BELLUZZO, 2013, p. 108).

Sader (2013, p.139) vai mais longe, atribuindo a essas mudanças a vitória eleitoral de Lula. Uma mudança de imagem, que para ele era “negativa” ao ser “tradicionalmente associada a denúncias contra a situação política e econômica”, e uma mudança de discurso. Ambas permitiram “que Lula triunfasse, nas complexas condições dessas eleições” (SADER, 2013, p. 139).

Sem dúvida é difícil dizer o contrário do que afirma Sader (2013), afinal ocorreu, por um lado, a política de alianças e de recuo da política original do PT, e de outro a vitória eleitoral, o resultado em que se chegou está dado. Mas há que se levar em conta o que nos parece uma tentativa de justificar as ações conservadoras anteriores.

De nossa parte anotamos que havia mobilizações importantes durante os mandatos de FHC ligadas à resistência às privatizações – que o próprio Emir Sader (2013) reconhece –, vitoriosas em barrar a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Entre as mobilizações registra-se uma histórica greve da Federação Única dos Petroleiros em 1995, em que o Governo Federal decide derrotar a greve de 32 dias dos petroleiros colocando o exército com tanque de guerra para conter os milhares que se somavam em apoio à categoria⁴.

Embora, em comparação com 1989, a eleição de Lula não tenha sido precedida por grandes mobilizações (SADER, 2013), houve um número razoável de greves durante o segundo mandato de FHC, se comparado ao período posterior, conforme sugere os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Nos anos 2000, 2001, 2002 e 2003 o número total de greves na indústria foi de respectivamente, 146, 117, 76 e 84 (DIEESE, 2012, p.309). O patamar de 2000 só seria alcançado novamente durante a crise econômica de 2008, com 150 greves na indústria. O total do número de greves em todos os setores para os anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 foram respectivamente, 531, 506, 525, 416, 208 e 340 (COSTA et. al., 2013). Novamente o número de greves no período posterior (Governo Lula) só se aproximará daqueles do segundo mandato de FHC nos anos 2008 e 2009, que correspondem à crise econômica, com respectivamente 411 e 518 (COSTA et. al., 2013). No último caso, Costa et al (2013) estabelecem uma distinção, indicando que aumentam o número das greves propositivas no governo Lula, com a redução das greves defensivas.

⁴ <http://www.fup.org.br/2012/greve/greve-1995>

O que queremos evidenciar é que (a) os trabalhadores não estavam desmobilizados, mas resistiam aos ataques dos governos tucanos e (b) que a eleição de Lula é resultado desses movimentos dos trabalhadores que queriam ver suas reivindicações atendidas, e, como demonstram os dados coletados, só avançaram em uma pauta propositava a partir da eleição do mandatário petista. Ao que parece há uma tendência da literatura petista situacionista em tornar a condição de alianças e o conservadorismo dos governos Lula de forma fatalista como “sinal dos tempos” (SINGER, 2012, p.79), ou como “necessária” (SADER, 2013, p.139). Há uma tendência a não responsabilizar Lula e os dirigentes petistas - José Dirceu, Genoíno, Palocci -, pela postura do Governo.

André Singer (2012) vai tratar do conservadorismo do lulismo, de certa forma, responsabilizando sobretudo a postura conservadora da nova base de apoio eleitoral, o subproletariado que passou a ter acesso às políticas distributivas, identificando-o ao desejo de inclusão com manutenção da ordem. Interessados no aumento do poder de consumo e redução da pobreza (SINGER, 2012, p.130), essa base de apoio se diferenciaria do proletariado tradicional por não questionar as desigualdades, ser indiferente aos juros altos e câmbio valorizado, que, afinal, permitiam o barateamento das importações, contribuindo para manter a inflação sob controle (SINGER, 2013, p.128). Ou seja, não tem a preocupação tradicional do operariado com o processo de desindustrialização, trata-se de uma fração não especializada do proletariado, que busca em outros setores as possibilidades de emprego expandidas na Era Lula (SINGER, 2012, p.130-135).

Singer (2012) diferencia ainda a base do lulismo da do PT, considerando que o trabalhador organizado é a base do partido, ao passo que o subproletariado (conservador em sua essência) seria a base de sustentação do lulismo. Porém crê que o subproletariado, com a redução da pobreza, tenderia a deixar de existir (SINGER, 2012, p.128) e que a base histórica do PT poderia politizar a “nova classe trabalhadora” e reforçar suas posições no interior da “coalizão produtivista” em torno do “Estado de bem-estar” (SINGER, 2012, p.135).

A fim de contentar sua então nova base de apoio, sem enfrentamento do capital financeiro, Lula fez mediações, buscando “equilíbrio” entre juros, câmbio e inflação. Essa política de equilíbrio entre o rentismo, produção e inclusão do subproletariado criou tensões no que Singer (2012) chama de “coalizão produtiva” e também na base histórica do PT. Dentro do próprio partido as tensões seriam represadas por processos que distanciam a base das decisões (cita-se o Processo de Eleição Direta, PED), que se liga aquilo que Singer (2012) chama de “oligarquização” dos partidos populares.

Também para Belluzzo (2013) a política de Lula é a da mediação entre dois sistemas específicos: o das “necessidades e aspirações dos cidadãos” e o dos “interesses monetários que se realizam através do mercado”. Isto é, ações que buscam a elevação dos padrões de vida dos mais pobres e decisões de política econômica que garantiriam ganhos exorbitantes à burguesia das distintas colorações. A sorte de Lula, segundo Belluzzo (2013, p.108), é que encontrou um ambiente internacional excepcionalmente favorável. “A *virtú* do príncipe só poderia frutificar se amparada pela *fortuna*” (2013, p.108).

Retomaremos adiante análises econômicas das condições ‘excepcionalmente favoráveis’ que proporcionaram aos governos Lula caracterizações como as anteriores. Agora nos interessa explorar ainda o debate

travado entre Marcos Nobre e André Singer sobre a natureza conservadora do governo.

Ao referir-se aos trabalhos de Singer que deram origem ao livro *Os sentidos do lulismo* (2012), Nobre (2010) vaticina:

Com essa redução [conservadorismo subproletário], desaparece do horizonte também a crítica. Desaparece todo o universo de obstáculos à efetiva democratização da sociedade que caracteriza a política do país. Desaparece a imagem de uma sociedade amputada por uma representação política excludente, como é o caso da brasileira. Supor conservadorismo sem examinar as condições políticas concretas do desenvolvimento da democracia naturaliza esse mesmo conservadorismo. (NOBRE, 2010, s/p).

Para Nobre (2010; 2011) o conservadorismo dos governos Lula deve ser visto desde o prisma da cultura política brasileira, que desde a década de 80 cria polarizações bipartidárias produzidas para criar uma “verdadeira unidade de uma nação”, na qual são apagadas as divergências e as diferenças e o que se sustenta, desde a ditadura (e por cima), é o desenho de oposição *versus* situação (NOBRE, 2011). Essa é a origem daquilo que Nobre vai chamar de “peemedebismo”, o que, para ele, corresponde a uma lógica de sustentação partidária que agrupa diversas tendências/interesses, internalizando as divergências e criando um sistema de vetos aos interesses conflitantes. Para Nobre (2010) é como se o “peemedebismo” funcionasse como um governo de união nacional, no qual não importa o conteúdo das discussões e sim quem tem mais poder para neutralizar o opositor. Para o autor, esse fenômeno divorciaria a sociedade da política e manteria o executivo governando em torno de consensos que, hoje, inclui a solidariedade e a diminuição da pobreza, ao que foi chamado de “nacional desenvolvimentismo” (NOBRE, 2011).

Nobre (2011) esclarece que o termo “peemedebismo” não se restringe ao PMDB, mas guarda a ele sua origem, e que com o impedimento de Collor, após o governo Sarney (PMDB), em 1992, o modelo peemedebista se espalha em direção à todos os partidos (NOBRE, 2010). Reconhece ainda que o PSDB no período FHC foi a vanguarda desse modelo, controlando a sanha do PMDB com o Plano Real (NOBRE, 2011).

O lulismo, por sua vez, tentou até onde pode controlar essa sanha baseado no apoio popular que recebera e na conciliação de classes que propunha. Mas o PMDB, de algum modo “divorciado” da sociedade impunha sua gana no Congresso Nacional. Lula apesar de eleito não fazia avançar “seu projeto”, para Emir Sader (2013, p.18) porque o PT não contava com o apoio do PMDB⁵.

A retomada da centralidade do PMDB, e de sua lógica, ao Governo Federal tem para Nobre (2010; 2011) dois marcos: o apoio de Lula à candidatura de Sarney à presidência do Senado e o episódio do “Mensalão”, cuja melhor imagem é de Lula descendo a rampa do Planalto para entregar ao Congresso a Reforma da Previdência⁶. Em alusão a um condomínio, Nobre (2011), chama o PT de síndico, e diz que nesse “condomínio” o PMDB faz da sua permanência no poder a condição

⁵ Nas eleições de 2002 apoiavam Lula e José de Alencar apenas PL, PMN, PCdoB e PCB.

⁶ Segundo os autos da Ação Penal 470, a compra de votos no Congresso Nacional serviu para a aprovação das reformas propostas pelo Planalto, entre elas, a Reforma da Previdência. Essa última foi inclusive alvo de uma ação movida em Minas Gerais e que cita na decisão a AP 470 (<http://www.cartacapital.com.br/politica/juiz-cita-mensalao-para-anular-efeitos-da-reforma-da-previdencia>).

política da governabilidade na era democrática. Assim, mantém o processo político hoje em suas mãos ao mesmo tempo que não arca com erro algum, pelo contrário, coloca na conta do “síndico” que atualmente é o PT (NOBRE, 2011).

O próprio processo de compra de votos que dá origem à Ação Penal (AP) 470, vulgo “Mensalão”, deve ser entendido como *modus operandi* dessa governabilidade requerida pela atual legislação eleitoral baseada no financiamento empresarial das campanhas. Não sem razão Lula (SILVA, 2013, p.25) diz que enquanto presidente tentava falar em uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política, que dentre os objetivos estava o de não permitir que partidos virem um negócio.

Os episódios de crise que marcaram o primeiro mandato do governo Lula foram resultados da postura, para Sader (2013), “coerente com a Carta aos Brasileiros”. Lula nomeou uma equipe econômica conservadora, realizou um duro ajuste fiscal, a reforma da previdência retirando direitos, e fez uma inócua reforma tributária (SADER, 2013, p.140). Resultado desse início de mandato, duas crises abalam o Governo Lula (SADER, 2013:140), uma dentro do próprio PT, que dá origem ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), por conta da reforma da previdência; e outra como uma ofensiva da oposição, que passa a atacar o PT e Lula pela compra de votos que levou à AP 470.

De outro lado as políticas sociais passam a surtir efeito, a popularidade de Lula chega a índices recordes e a oposição recua das acusações ao presidente. Nesse momento há mudança da base de apoio de Lula em direção ao subproletariado, sobretudo do Nordeste, conforme defende Singer (2012) e também constata Sader (2013). Essa situação de resultado das políticas sociais é que garantem a Lula a vitória de 2006.

De acordo ainda com Sader (2013), Lula fazia diferente da pauta conservadora, nas linhas de menor tensão, ao construir uma agenda de políticas sociais (como o Bolsa Família) e de integração regional voltada para os países emergentes. Nobre (2010) também dá foco à busca pela menor tensão, e utiliza esse argumento como contraprova da cultura política peemedebista, ao dizer que em seu primeiro mandato, Lula caminhou por onde não encontrou vetos:

(...) nos aumentos reais do salário mínimo, na ampliação dos programas sociais, nas reformas microeconômicas do crédito. Mas isso estava ainda longe da política desenvolvimentista do segundo mandato, que induziu a criação de oligopólios nacionais com pretensões de internacionalização. (NOBRE, 2010, s/p).

Já no segundo mandato, com o PMDB no apoio e o PSDB de escanteio, em eleições (em tese) despolarizadas, o governo federal aplicaria, enfim, uma política propriamente de *consenso desenvolvimentista*. Nobre (2011) soma à lista de motivos, o afastamento de dirigentes históricos que acompanharam o primeiro mandato de Lula, entre eles José Dirceu, teria então Lula mais espaço para aplicar sua política de conciliação.

Convém ressaltar que os meandros do desenvolvimentismo serão explorados na próxima seção, mas ainda é importante discutir o fato de que independente de um segundo mandato menos ortodoxo – ou propriamente desenvolvimentista -, Singer (2012) sustenta a tese de que o lulismo é um fenômeno de “reformismo fraco”, que se contraporía ao que se esperava do PT da “alma de Sion”, em um país assustadoramente desigual. Singer reconhece ainda que no

governo Lula o que mais cresceu foi o emprego precário e ainda que tenha ocorrido um importante ganho real no salário mínimo (70% para o período), a liberação de crédito a juros baixos, programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos, que beneficiaram de sobremaneira o Nordeste - que chega ao final do governo Lula como a região que mais cresceu – as medidas estão aquém do “reformismo forte” que fez convergir a esquerda na década de 1990 (SINGER, 2012, p.157). Mas Singer (2012) é otimista e deixa clara sua aposta de que as medidas de redução da pobreza tendem a reduzir a desigualdade, *desde que a economia siga crescendo*.

Sob a alcunha de “pós-neoliberal”, Sader (2013) faz a diferenciação dos governos petistas daqueles anteriores e os coloca em conjunto com os demais governos progressistas da América Latina. Esses governos seriam uma

(...) reação anti-neoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado: Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador. (SADER, 2013, p.138).

Teriam em comum, conforme Sader (2013, p.138) (a) a prioridade dada às políticas sociais em detrimento ao ajuste fiscal; (b) a integração sul-sul em detrimento dos Tratados de Livre Comércio (TLC) com os EUA; (c) e a centralidade dada ao Estado para a condução do crescimento econômico e distribuição de renda.

Sader (2013) continua defendendo o suposto declínio do movimento de massas, como dito anteriormente, para dizer que “a construção pós-neoliberal (...) se deu pela decisão do governo de priorizar as políticas sociais e a reinserção internacional do Brasil” (SADER, 2013, p.141). Mantendo o enfoque nos governos e ofuscando o movimento concreto dos trabalhadores diz que os governos progressistas, “de resistência”, são como “respostas anticíclicas às tendências recessivas do centro do capitalismo”. E ainda que “conseguiram resistir à recessão”, mas, para isso, “tiveram de se adaptar aos retrocessos impostos pelo neoliberalismo” (SADER, 2013, p.141).

Parece questionável a definição de pós-neoliberal como aqueles governos que optaram “livremente” por construir sociedades “democráticas, solidárias e humanistas”. Cabe recordar o primeiro mandato do governo Lula e as decisões econômicas ortodoxas, que o próprio Sader (2013) parece reconhecer como “necessárias”, ao passo que Chávez é levado pelas massas venezuelanas a ir mais longe, assim como Evo Morales. Ademais as posturas progressistas tomadas por esses governos não devem ser entendidas como conquistas da população mais que decisões de governos?

Sem ter a oportunidade de responder a essa questão neste trabalho faço outra pergunta, que pretendo aprofundar na discussão posterior sobre o desenvolvimentismo e seus conceitos no governo Lula: seria esse período efetivamente “pós-neoliberal” ou estaríamos mais próximos de entendê-lo na sua complexidade, como uma fase de declínio desigual na economia internacional (SMITH, 1988), em que a crise no centro do capitalismo, com excesso de liquidez, somado às condições política internas próprias – ligadas à redemocratização – possibilitaram certo grau de políticas desenvolvimentistas em países da periferia?

DESENVOLVIMENTISMO À LULA

Tendo como parâmetro a definição de Pedro Dutra Fonseca (2013), neste tópico gostaríamos de refletir sobre a denominação de neodesenvolvimentista aos governos Lula:

(...) entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2013, p. 28)

Da perspectiva do autor seria possível afirmar que o desenvolvimentismo da Era Vargas ao golpe militar de 1964 apostou na industrialização tendo em vista fins desejáveis: a modernização do país e maior autonomia no sistema econômico mundial. O governo Vargas fincou as bases da industrialização, prosseguida com algumas concessões ao capital estrangeiro no governo Juscelino, processo que engendrará movimentos sociais pelas reformas de base que terminarão no golpe militar de 1964. Os governos militares tiveram condições propícias para garantir a aplicação de uma agenda desenvolvimentista com base no modelo dependente-associado. Contudo, já em 1979, o segundo choque do petróleo leva Volker, presidente do FED (*Federal Reserve*), a aumentar os juros dos EUA, levando de volta ao Centro a enxurrada de dólares que haviam proporcionado a industrialização da periferia, em grande parte fruto dos petrodólares proporcionados pelo choque nos preços do petróleo. O estreitamento dos laços da dependência – do modelo dependente-associado – pelos governos militares a partir de 1964 deixou como legado para a reabertura democrática

(...) um Estado falido pela estatização da dívida externa, corrompido pela irresponsabilidade política, pelo sufocamento da esfera pública e pela valorização do individualismo exacerbado; o financiamento precário dos bens públicos e das políticas sociais, o sacrifício do planejamento pela subordinação ao Fundo Monetário e aos credores externos e internos (BASTOS, 2012a, p. 780).

Em sintonia com a evolução do neoliberalismo ao redor no mundo⁷ o Brasil desde os anos 1980 adentra numa maré liberalizante, em que se recupera e se renovam as tarefas dos golpistas ao governo de Vargas de 1945 (BASTOS, 2012a, p.780-781). O marco, no entanto, do neoliberalismo seria a chegada de FHC ao Planalto (1995), que logo ao ganhar as eleições declara que sua tarefa era eliminar o desenvolvimento autárquico intervencionista da era Vargas (BASTOS, 2012a, p.780), queria “virar a página do getulismo” (SADER, 2013, p.137).

O projeto renovado dos liberais, exposto por Bastos (2012a, p.781), implementado até certo ponto por FHC, era o de flexibilização das leis trabalhistas e do gasto social, de privatização das estatais, de atendimento do mercado com a elevação de juros, direcionando bancos públicos para apoiar as privatizações. Entre

⁷ Reagan e Thatcher desmontam parte do Estado de bem-estar social na Europa e EUA e em função de decisões de política econômica nos EUA a economia mundial entra em desaceleração a partir de 1979 até 1983/1984. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

os argumentos que dispunham estava a crítica à ênfase no mercado interno e à defesa da indústria, realizados pelo desenvolvimentismo⁸, para eles havia que se reconhecer em alguma medida a natureza agrária brasileira e deixar que o mercado se auto regulasse (BASTOS, 2012a).

O resultado da política tucana de abertura comercial, câmbio valorizado, juros altos, privatizações, foi fazer desaparecer elos da indústria de transformação; as importações interindustriais se elevaram e o país perdeu valor agregado (BELLUZZO, 2013, p. 104). Não é preciso dizer que o crescimento foi pífio e que, como resultado, elevaram a dívida à 56% do PIB (BELLUZZO, 2012, p. 104). Para Sader (2013) o impulso neoliberal termina em três crises sendo marcado por empréstimos e acordos de ajuste com o FMI.

O neoliberalismo no Brasil promoveu dois fenômenos centrais, ambos negativos: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A desregulamentação liberou os capitais dos seus entraves e eles buscaram no setor financeiro, maciçamente, as melhores formas de maximização dos lucros. Os investimentos especulativos se tornaram muito mais atraentes do que os produtivos, gerando uma brutal transferência de renda de uma esfera para a outra. O Estado se tornou refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento. (SADER, 2013, p. 138).

Como nas posições anteriores de Sader (2013) há um *quantum* de tentativa de explicar os próximos passos de Lula tendo em vista a “herança maldita de FHC”, destacando os resultados da política neoliberal de ataque aos direitos trabalhistas, privatizações, que se somam ao pacote macroeconômico, desastrosos à economia brasileira⁹. Todavia, nos primeiros anos do governo Lula, como anunciava a Carta aos Brasileiros, não houve grandes mudanças com relação à política macroeconômica de FHC. Nomeado como fiadores da política econômica ortodoxa o Ministro da Fazenda Antônio Palocci e para presidente do Banco Central o tucano Henrique Meirelles.

A gestão inicial de Lula sofreu críticas de Belluzzo (2013), que continuou criticando a manutenção das diretrizes do período anterior, para o economista a política monetária do governo Lula repetiu os enganos dos anos 1990, mantendo a taxa de juros e o câmbio fora do lugar. A sua reconciliação com o capital financeiro foi inclusive mais longe que a de FHC, elevando a meta de superávit primário a níveis recordes, acima da do acordo herdado com o FMI; além de abandonar o programa anterior, abrindo mão da renegociação da dívida, não revertendo a abertura financeira e elevando a taxa de juros para atrair capitais e apreciar o Real, conforme Bastos, combatendo a inflação com apreciação cambial (BASTOS, 2012a, p. 798).

A crítica de Belluzzo (2013) é enfática em dizer que a política monetária foi a principal anomalia da gestão econômica do governo Lula, e que seria “obrigatório” combinar câmbio e juros de forma a estimular a substituição de importações e a

⁸ Nota-se que FHC, seja pela coligação com os ex-arenistas, seja pelos direitos trabalhistas conquistados na era Vargas, não faz a crítica ao “estatismo” do período militar, mas sim ao varguismo (BASTOS, 2012a).

⁹ Mesmo com a política macroeconômica de FHC claramente ortodoxa, Pedro Paulo Bastos (2012) identifica uma corrente interna não-hegemônica no governo FHC que denomina desenvolvimentismo exportador do setor privado, ou simplesmente “novo-desenvolvimentismo”, cujo expoente seria o ex-ministro e ex-tucano Bresser Pereira. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

ampliação das exportações “nos segmentos de maior intensidade tecnológica”, incentivando o “investimento em novos setores” (BELLUZZO, 2013, p. 104). Porém, esse tipo de proposta mais desenvolvimentista foi atropelado pela demanda chinesa por commodities, combinada aos juros altos, atraindo capital estrangeiro e valorização do real. Isso fez com que em 2004 o Brasil se encontrasse numa posição “promissora e perigosa”, deixando-o tolerante ao déficit da balança comercial “que afetou a maioria dos setores industriais ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit global no comércio exterior” (BELLUZZO, 2013, p. 105).

As condições externas excepcionais permitiram maior espaço para os setores desenvolvimentistas do governo federal, que com a queda de Pallocci, passam a ter em Guido Mantega seu representante à frente da Fazenda. E de outro lado, via a arrecadação, contribuiu para políticas de valorização salarial e ampliação do gasto social de forma a ativar o mercado interno de massas. Com a apreciação cambial e a inflação baixa se conseguiu expandir o mercado de bens de consumo e serviços, também barateou as importações e gerou, em parte, investimento privado (BASTOS, 2012a, p. 799).

Essa fração desenvolvimentista do governo Lula a que nos referimos é entendido por Bastos (2012a) como identificada ao *desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado*, cuja ênfase é dada ao Estado como indutor do mercado interno, e nesse reside a aposta para fazer com que a economia como um todo cresça por meio do “(a) crescimento do emprego; (b) geração e distribuição de renda; (b) ampliação da infraestrutura social”. Os mecanismos declarados no *Programa de Governo: Coligação Lula Presidente* seriam três: “que se somam na elevação de produtividade (...): ganhos de escala, progresso técnico e absorção de trabalhadores subempregados pelos setores modernos”. O objetivo seria estabelecer um círculo virtuoso baseado no aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras e ampliação do consumo popular, o que reforçaria investimentos, com o aumento da produtividade estimulando ao mesmo tempo as exportações e a substituição de importações. Ciclo complementado por políticas setoriais especiais visando estimular atividades da ponta tecnológica (SILVA, 2002, citado por BASTOS, 2012a, p. 794). Essa dimensão ganhou peso no segundo mandato, daí muitos autores falarem em inflexão da política econômica¹⁰.

Defensor inveterado das políticas sociais iniciadas em 2005, Mantega diferencia o desenvolvimentismo recente do nacional-desenvolvimentismo anterior o nomeando “social-desenvolvimentismo”. Bastos (2012), por seu turno, aponta as limitações do “social” nesse processo recente, apesar de conceber que as medidas de redução das desigualdades e redistribuição de renda podem ser finalidades da política econômica, indica que elas próprias, para sustentarem o desenvolvimento capitalista requerem mais investimentos que o mercado interno é capaz de proporcionar (BASTOS, 2012a, p.795-796).

Acerca das medidas redistributivas há ainda uma interessante passagem de Bastos (2012a, p.795), digna de nota por apresentar uma interpretação mais arrojada que supõem autores adeptos da perspectiva do lulismo:

De todo modo, o termo “social-desenvolvimentismo” parece uma iniciativa legítima para capturar os dividendos políticos e (...)

¹⁰ Ver por exemplo Moraes e Saad-Filho (2011), Singer (2012), Barbosa (2013).

interpretar *ex post* o crescimento ocorrido sob o empuxe das pressões para elevação do salário mínimo, do crédito ao consumidor e das políticas sociais a partir de 2005 (...). Essas pressões expressam o forte enraizamento das lutas pela redistribuição de renda na base social do governo Lula, seja a base sindical (elevação salarial e crédito farto/barato), seja em setores religiosos progressistas (programas de combate à fome/pobreza). (BASTOS, 2012a, p. 795, grifos no original).

Quer dizer, a ação do Estado não ocorre num vazio social, mas responde às pressões sociais.

Na discussão de termos mais adequados à designação do governo surgem autores elaborando em torno do que chamam “neodesenvolvimentismo”, entre eles Armando Boito Jr. (BOITO Jr., 2012) e Giovanni Alves (ALVES, 2014). De maneira mais ou menos homogênea compreendem que o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo possível no período neoliberal, se diferenciando do anterior (nacional-desenvolvimentista) por apresentar crescimento inferior; dar mais importância ao mercado externo; ter menor capacidade para distribuir renda; aceitar a divisão internacional do trabalho em que cabe ao Brasil o papel de primário-exportador; e pela direção dessa “frente desenvolvimentista” ficar com uma fração da burguesia, que denominam, “interna” (BOITO Jr., 2012, s/p). A burguesia interna (retomando estudos de Nicos Poulantzas), difere da nacional, pois, essa pode tomar medidas antiimperialistas, enquanto a “burguesia interna se resignou à mundialização do capital renunciando, deste modo, ao projeto de desenvolvimento nacional-popular” (ALVES, 2014, s/p).

Para Boito (2012) a ascensão de Lula representou a ascensão dessa fração da burguesia que disputa espaço político com o capital financeiro nacional e internacional. Alves (2014) ressalta que essa fração de classe é constituída por grandes grupos industriais e pelo agronegócio exportador, e ainda que se unifique pela demanda da proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro - para reduzir as perdas do período neoliberal anterior (BOITO Jr., 2012) – não rompe com esse¹¹.

Para Boito (2012) embora na formação do que denomina uma *Frente* política neodesenvolvimentista estejam forças populares é a burguesia interna quem a dirige, porém descarta os argumentos de que as organizações populares tenham sido meramente cooptadas pela fração de classe burguesa, já que essas tiveram ganhos reais no último período. Cita como exemplo que 80% dos reajustes e acordos salariais, foram firmados acima da inflação nos últimos anos (BOITO Jr., 2012, s/p).

Embora os setores se unifiquem na disputa eleitoral (contra as propostas mais neoliberais), internamente à *Frente* neodesenvolvimentista há disputas, e o autor prevê que elas devem se aguçar, e ainda que os setores populares devem ser críticos às medidas regressivas que o governo toma.

A grande burguesia interna depende do voto dos trabalhadores para manter os governos neodesenvolvimentistas e nem por isso essa burguesia abriu mão de lutar por seus interesses mesmo quando isso

¹¹ As movimentações das empresas nas bolsas de valores corroboram a tese de que as empresas nacionais, com a abertura de capital, ganham nas duas pontas, internamente com a expansão do mercado interno, com o capital internacional na venda de ações.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

fere os interesses dos trabalhadores. As associações empresariais estão pressionando o governo para que esse reduza os gastos públicos – os gastos com os trabalhadores, mas não com a rolagem da dívida pública ou com os empréstimos subsidiados do BNDES. (BOITO Jr., 2012, s/p.).

A referência aos empréstimos subsidiados do BNDES é uma marca das avaliações do governo Lula, que com a política das “campeãs nacionais” – ‘coincidentalmente’ as maiores doadoras das campanhas –, desembolsou 18 bilhões só com a JBS, a Marfrig, LBR, Oi e Fibria, de acordo com o jornal *O Estado de São Paulo* (LANDIM, et. al., 2013) desde 2007 até a declaração do fim dessa política em 2013 - durante o governo Dilma, com Luciano Coutinho seguindo à frente do Banco¹².

Os empréstimos subsidiados ainda fizeram parte das políticas externa do governo Lula, sobretudo no setor da construção de infraestrutura (Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, etc.) e de matérias primas (Petrobrás e Vale). A partir desses empréstimos as empresas dispuseram de condições excepcionais para compras, fusões, realização de obras e investimentos em países, sobretudo, da América Latina, mas também da África – o denominado “entorno estratégico” da política externa (FIORI, 2013). Essas políticas são concomitantes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que algumas das obras incluem-se à estratégia de integração da América do Sul dirigida pela UNASUL.

Com a deflagração da crise em 2008 as condições para a aplicação das políticas de impulso ao desenvolvimento se deterioraram com o receio de política monetária dos EUA. No Brasil, em 2009, houve recuo no consumo e no emprego, mas em 2010, em função das políticas anticíclicas adotadas, o crescimento seria de 7,5%. De forma a manter a economia aquecida o governo Lula promoveu sucessivas desonerações de Imposto sob Produto Industrializado (IPI), do setor automobilístico, e da linha branca de eletrodomésticos. Com essas medidas, amparadas por juros altos, recebendo capital estrangeiro, Lula termina seu segundo mandato com a manutenção das políticas distributivas, com recorde de aprovação e garante a eleição de Dilma Rousseff.

Os apontamentos de não unicidade no interior do governo, e inclusive na base social e eleitoral do governo, são representações da realidade e do movimento da sociedade nesse período. A dinâmica dessa *Frente*, como designa Boito Jr. (2012), permite as disputas internas com os distintos grupos assegurando ganhos concretos do governo. Já no campo político, os grupos dissidentes (à direita e à esquerda) não lograram até o final do governo Lula superar essa coalizão, mas a instabilidade aumentará no governo Dilma.

A agenda desenvolvimentista *sui generis* representa a maior unidade possível em torno dos governos Lula, seja porque agrupa o capital produtivo – basta lembrar o apoio da FIESP à Lula –, seja porque dialoga com o programa histórico de um setor importante das esquerdas que vê no *desenvolvimento das forças produtivas* o sentido histórico da construção da contradição com a manutenção das *relações de produção capitalistas*. Reside nessa leitura, à esquerda, que o operariado urbano seria a classe historicamente revolucionária e que de sua

¹² Com a falência da OGX de Eike Batista em 2013 essa política virou teto de vidro de governo Dilma e a oposição não economizou críticas ao intervencionismo. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(1): 201-218, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

organização – pelas condições que o trabalho fabril proporciona – nasceriam os movimentos capazes de pôr fim ao regime baseado na propriedade privada.

Entretanto, seja no campo das ideias, seja nas realizações do governo, para uma dúvida, retratada na literatura, acerca do potencial desse desenvolvimentismo lulista em garantir de fato um aumento da produção industrial. Para autores distintos (BELLUZZO, 2013; BOITO Jr., 2012; BASTOS, 2012a; 2012b; FONSECA, 2013) há limites nesse equilíbrio de conciliação do capital produtivo, capital financeiro, e trabalhadores. E ao depender sobremaneira de demanda chinesa por commodities, há risco de re-primarização da economia, o que seria todo o inverso da aplicação de uma agenda desenvolvimentista.

Não por menos Fonseca (2013), em trabalho posterior à recuperação daquilo que deu origem ao desenvolvimentismo, analisa a “era Lula” com cautela e conclui que, apesar do crescimento recente, é prematuro afirmar que o desenvolvimentismo tenha retornado como ideologia dominante, e que tampouco se vislumbra isso num horizonte próximo (FONSECA et. al., 2013, pp. 423 – 424).

A título de ilustração trazemos os dados da produção física industrial de 2002 a 2013, com atenção ao que chamamos de *tango* da indústria de bens de capital:

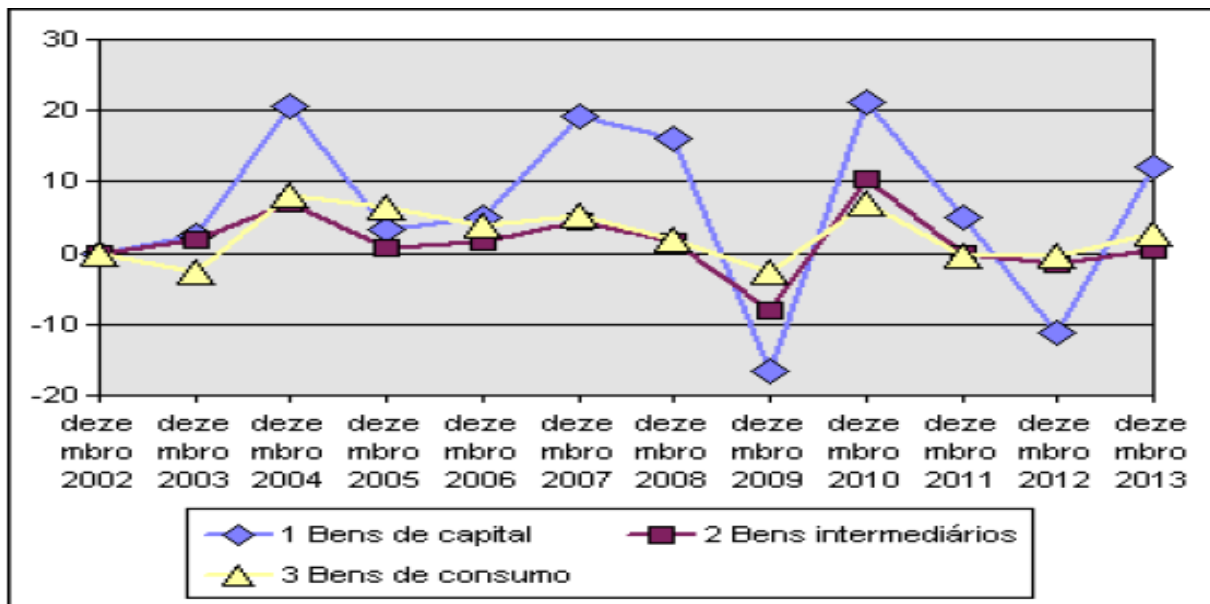


Gráfico 1 – Variação percentual acumulada dos últimos 12 meses da produção física industrial por grandes categorias econômicas

Fonte: IBGE/PIMES.

Elaboração: IBGE/SIDRA (2014)

Convém, à luz das voluptuosas oscilações da indústria de bens de capital, recordar a limitação que o mercado interno representa mesmo com a aplicação de políticas distributivas e de redução da pobreza (BASTOS, 2012a), e que no campo internacional as grandes beneficiadas pela abertura dos mercados da América do Sul foram empresas multinacionais que realizaram comércio intra-firma (BASTOS, 2012b), que ao menor sinal de crise recuam em sua produção como demonstra os resultados de 2009.

No campo da dependência externa há que se notar a contribuição de Cardoso e Faletto (1981) que dão conta da necessidade do capital externo no

desenvolvimento brasileiro, formando em terras latino-americanas uma burguesia dependente e associada ao capital internacional, que se guia por ele e que não terá expressão independente.

O próprio Leon Trotsky (2013, p. 146) em 1939 ao tratar do México afirma a necessidade do capital estrangeiro nos países pobres para garantir uma industrialização rápida, inclusive por indústrias estatais de capital misto.

Parece, por fim, fortuito recordar as elaborações dos geógrafos David Harvey (2005; 2007) e Neil Smith (1988) acerca do desenvolvimento desigual. Para eles, as crises geram momentos de sobreacumulação de capital no centro, e assim dá condições excepcionais de desenvolvimento na periferia, pela busca do capital do centro do imperialismo mundial, de novos locais que proporcionem taxas de retorno, ainda que modestas, mas seguras à acumulação capitalista. Ou seja, nos momentos de liquidez as medidas anticíclicas – que buscam resolver a crise com mais crescimento – são capazes de absorver esse capital do centro do capitalismo, mas essa situação é limitada pelo vai-e-vem do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), haja vista que ao menor sinal de recuperação das economias imperialistas – a custo de guerras se for necessário (HARVEY, 2005) – os capitais migrariam de volta aos mercados mais seguros. O que corroboram as teses de que não se pode afirmar que há uma nova implementação do modelo desenvolvimentista no Brasil - ou ainda a construção de um Estado de Bem-Estar Social, com sugere Singer (2012) -, mas o que nos parece evidente são as tomadas de medidas heterodoxas diante da crise, que proporcionam esse crescimento, mas que se configura tão pouco durável como *tango* dos bens de capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “enigma” lulista objeto da interpretação de diversos autores, como ficou claro nas seções anteriores, se concentra em desvendar a ruptura histórica, conservadora, que o governo Lula representa com relação ao programa histórico do PT e as campanhas eleitorais anteriores a 2002. Como escreveu André Singer (2012): “o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. E seria equivocado, como apontado pelo autor, caracterizar os governos Lula como neoliberais, uma vez que o neoliberalismo na história recente da América Latina produziu aumento da pobreza e da desigualdade, ao passo que sob os governos Lula deu-se o contrário. Todavia, o movimento de desindustrialização torna controversa a hipótese de novo desenvolvimentismo e, sobretudo, parece-nos que havia margem para tanto a partir da mobilização política popular, sendo que o denominado “conservadorismo” do lulismo encontrou limites na pressão dos movimentos mais organizados que marcam a história da construção do Partido dos Trabalhadores, que de certa forma forçaram a inflexão social-desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O mal estar do desenvolvimentismo**. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em: 22/05/15.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: Sader, E. (org.), **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BASTOS, P.P.Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Revista Economia e Sociedade**, v. 21, nº especial, pp. 779-810, 2012a.

_____. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. **Observatório da Economia Global**, nº 10. Campinas, 2012b.

BELLUZZO, L.G. Os anos do povo. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. pp. 103-110. FLACSO Brasil/Boitempo Ed.. Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

BOITO Jr., A. B. **A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar**. Entrevista concedida à Nilton Viana. Brasil de Fato. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D>>. Acesso em: 22/05/15.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio e interpretação sociológica. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1981.

COSTA, L.A.R.; BELLAN, A.C.D.; LINHARES, R.; PAGANI, V.G.S. **O movimento recente das greves. Mobilizações pelo Brasil**. Le monde diplomatique Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1453>>. Acesso em: 22/05/15.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. DIEESE. São Paulo, 2012.

FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**, vol. 12, n.2 (26), pp. 225-256. PUC. São Paulo, 2004.

_____; CUNHA, A.M.; BICHARA, J.S. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Revista Nova Economia**, 23 (2), pp. 403-428. Belo Horizonte, 2013.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual**. Tradução Juan Vilasante e Lisa Di Cione. GeoBaireS: Cuadernos de Geografía, Buenos Aires, maio 2007. Disponível em: <<http://www.macondoonline.com/wp-content/uploads/2013/10/176266861-Desarrollo-Geografico-Desigual-David-Harvey.pdf>>. Acesso em: 22/05/15.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 3651 - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas**. Pesquisa Industrial Mensal/Sistema IBGE de Recuperação de Automática (SIDRA), 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3651>>. Acesso em: 22/05/15.

LANDIM, R.; LEOPOLDO, R.; TEREZA, I. **BNDES decide abandonar a política de criação de 'campeãs nacionais'**. Economia e Negócios. O Estado de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-decide-abandonar-a-politica-de-criacao-de-campeas-nacionais,151356e>>. Acesso em: 22/05/15.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política** 31 (4), p. 507-527, 2011.

NOBRE, M. **O fim da polarização**. Revista Piauí, Ed. 51, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-51/ensaio/o-fim-da-polarizacao>>. Acesso em: 22/05/15.

_____. **O condomínio peemedebista**. Ilustríssima, Folha de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1505201105.htm>>. Acesso em: 22/05/15.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto**. São Paulo, 1980. Disponível em: <<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>. Acesso em: 22/05/15.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. pp. 135-144. FLACSO Brasil/Boitempo Ed.. Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

SILVA, L.I.L. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, E. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. pp. 9-30. FLACSO Brasil/Boitempo Ed.. Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letras. São Paulo, 2012.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TROTSKY, L. Algunas notas previas sobre las “Bases generales para El segundo plan sexenal en México”. In: _____. **Escritos Latinoamericanos en México [1937-1940]**. Ed. IPS. Buenos Aires, 2013.

Artigo submetido em: 25/05/2015

Aceito para publicação em: 22/08/2015

Publicado em: 11/09/2015